

de saúde. Produto esse que conta quando transformado em lucro e salário com grossos subsídios públicos na forma de isenção fiscal, crédito subsidiado para investimentos e programas específicos de transferência financeira.

Contudo, a política de saúde faz parte (ainda) do escopo de bens públicos e sua oferta equitativa é garantia de um padrão de vida social que coloque a reprodução humana fora da órbita do privado e do mercado, constituindo uma base sólida de coesão e pertencimento social e coletivo.

Essa é sua grande contradição: como manter a incorporação tecnológica de forma a torná-la cada vez mais um instrumento da equidade; de que forma iniciar/voltar a respeitar decisões éticas e democráticas nas escolhas públicas, e, finalmente, como continuar a ser parte integrante dos grandes e generosos sistemas de proteção social que garantiram a ascensão social e a vida em sociedade no século XX.

Aqui, a falta de tradição de um estado social redistributivo, os ganhos extraordinários e exponenciais de alguns atores integrantes da política (provedores de serviços, produtores de medicamentos, insumos e equipamentos e intermediários financeiros), as lutas e disputas desiguais pelos (parcos) recursos, e a influência desses interesses nas decisões políticas, explicam, em parte, a situação atual.

A disputa distributiva entre lucro e salário pelas rendas geradas pela política de saúde foi ganha pelo lucro: o lucro dos grandes hospitais privados; os ganhos extraordinários de alguns pouco profissionais *tops* – os *CEOS* da saúde –, em duplo sentido, o que introduziu clivagens imensas entre os salários dos profissionais médicos e dos administradores de diferentes áreas; o volumoso lucro das indústrias do complexo econômico industrial da saúde; ao lado de ganhos crescentes dos intermediários financeiros. Esses são os defensores do *status quo*, aqueles que não querem mudanças porque lucram muito com a política atual – mercadorizada, desregulamentada e desigual. É isso que explica o paradoxo, o alinhamento da política de saúde com a permanência de lucros extraordinários para poucos e o descumprimento dos valores da solidariedade social.

Novas frentes têm se formado em oposição à coalizão ganhadora dos últimos anos no interior da política de saúde: os trabalhadores da saúde que não usufruem os ganhos extraordinários, nem mesmo recebem salários e provimentos justos, os cidadãos que sofrem na busca de uma saúde de qualidade, os gestores responsáveis, com pouca margem de manobra frente aos interesses corporativos (de empresas e profissionais altamente qualificados e diferenciados etc.).

A política precisa domar os interesses do capital na área da saúde, para que ganhe poder, pois o momento atual é aquele em que o econômico se liberta da política e a política fica destituída de poder. Gestores sem poder e interesses corporativos pautando as decisões da política, é o que se vê nos diferentes níveis de governo.

É necessário que os episódios recentes estimulem e sirvam para libertar os dirigentes dessas amarras e condicionantes únicos da política e lhes tragam robustez para buscar de maneira compartilhada novas frentes e novos aliados, a fim de enfrentar o desafio de integrar com virtuosidade as relações entre bem comum, bem público, democracia e ética.

O texto de Paim nos inspira e guia nessa direção.

1. Bessa-Luís A. Longos dias têm cem anos. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda; 1982.
2. Singer A. Indústria e voto. Folha de S. Paulo 2013; 6 abr.
3. Pennachi L. Filosofia dei beni comuni. Crisi e primato della sfera pubblica. Roma: Donzelli Editore; 2012.
4. Streek W. O cidadão como consumidor. Considerações sobre a invasão da política pelo mercado. Revista Piauí 2013; (79):60-5.

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XCO051013>

Celia Almeida

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. calmeida@ensp.fiocruz.br

Os 25 anos do SUS: desencanto ou oportunidade?

O texto do Paim é um convite à reflexão.

Entender (e reconstruir) a gênese de qualquer evento é essencial, como bem assinala o autor, pois todo processo tem um “ponto de partida” (aparentemente conhecido) e um “ponto de chegada”, que quase nunca é exatamente aquele que se pretendia, e significa, não raro, novas e permanentes reatualizações, numa história sem fim.

Em se tratando de um processo político (formulação, criação e consolidação do SUS, como parte da luta pela democracia no Brasil) e acolhendo a reflexão sobre a “utopia prática” de Bourdieu, proposta pelo artigo, arrisco acrescentar algumas questões como contribuição ao debate, com o objetivo de problematizar o que se concretizou, entre os demais “desfechos” possíveis e, talvez, vislumbrar “alguma luz no fim do túnel”.

Paim sintetiza os projetos políticos em luta durante a transição nos anos 1980 e as conjunturas adversas que arrefeceram os ímpetus reformistas originais, condicionando a criação, implementação e os impasses à consolidação do SUS, apesar dos avanços consideráveis na história da saúde no Brasil.

Ao mesmo tempo, o Brasil mudou muito desde a transição democrática. Qualificar essa mudança, com suas várias nuances em distintos momentos, é importante para entender os entraves à “reforma sanitária cidadã”.

A partir da primeira década do novo século, os avanços nas políticas públicas e na política social são inegáveis¹, atestados por indicadores concretos, ainda que existam controvérsias.

Porém, como alerta Marilena Chauí² (p. 126) “em política, há ações e acontecimentos com força para se tornar simbólicos [...] e a democracia é a única forma política em cujo núcleo está a ideia de direitos, tanto de sua criação pela sociedade, como de sua garantia e conservação pelo Estado”.

Tivemos muitos fatos “simbólicos” nesse percurso de construção democrática, num país cuja sociedade é historicamente marcada por uma estrutura autoritária, hierárquica e pelo predomínio do espaço privado sobre o público, características essas que reforçam as relações de mando e submissão e naturalizam as desigualdades. Assim, entre “iguais” as relações são de “parentesco” e cumplicidade, e as assimetrias se transformam em relações de favoritismo, clientelismo, tutela, cooptação ou opressão, dependendo do grau de desigualdade que separa os grupos sociais em relação ou conflito. Frequentemente, a corrupção cimentava essas relações.

Acompanhando a reflexão desta autora, vale a pena se deter numa pergunta: qual a estrutura social que foi construída *pari e passu* ao processo democrático e que predomina na sociedade brasileira?

Com o neoliberalismo, e o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, desata-se o laço que vinculava capital e força de trabalho, com consequências importantes²: (1) ilimitado impulso à inovação tecnológica, com expansão de investimentos e das forças produtivas, com impressionante liquidez, mas sem prescindir do apoio dos fundos públicos; (2) desemprego estrutural, tanto pela introdução das tecnologias de automação quanto pela velocidade da rotatividade da força de trabalho, que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente, ampliando a fragmentação e enfraquecendo suas organizações; (3) aumento estrutural do setor serviços, pois a ciência e a tecnologia se transformaram em forças produtivas e o desenvolvimento científico e tecnológico passa de suporte a agente da acu-

mulação de capital, mudando o modo de inserção social do conhecimento técnico e científico – “a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio do conhecimento e da informação”² (p. 125).

Por outro lado, duas ideologias contemporâneas foram acionadas para justificar as políticas neoliberais “modernizadoras” e se propagaram também pela sociedade brasileira: “a da competência e a da racionalidade do mercado”² (p. 127).

Para Chauí² (p. 128), na primeira década do novo século, “houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira”, impulsionada por políticas públicas voltadas a promover, entre outras coisas, a inclusão social, diminuição da pobreza e recuperação, sobretudo nas classes populares, de parte dos direitos sociais (educação, saúde, moradia, alimentação) e econômicos (aumento do salário mínimo, salário-desemprego, programas de transferência de renda, cooperativas, economia solidária etc.).

A partir da revisão do conceito de classe social a autora questiona e qualifica o que seria a propalada “nova classe média brasileira”. Para ela² (p. 129) “o que cresceu no Brasil foi a classe trabalhadora, cuja composição é complexa, heterogênea e não se limita aos operários industriais e agrícolas”, e sobre a qual ainda pouco se sabe.

O critério dos serviços para definir a classe média não seria adequado na forma atual de capitalismo, em que a *tecnociência* e os serviços por ela produzidos ou dela dependentes, estão articulados à reprodução do capital. Portanto, o crescimento de assalariados nesse setor não seria “classe média”, mas sim uma “nova classe trabalhadora”, heterogênea e diversificada, definida pela escolaridade e competência na *tecnociência*. Sendo assim, “...renda, propriedade e escolaridade não são critérios para distinguir entre membros da classe trabalhadora e os da classe média”² (p. 129). O mesmo se poderia dizer dos profissionais liberais, hoje também empresários e assalariados.

Essa “nova classe trabalhadora” traz consigo também elementos centrais do neoliberalismo: de um lado, fragmentação, terceirização e precarização do trabalho e, do outro, incorpora segmentos sociais que anteriormente seriam pertencentes à classe média, segundo as definições clássicas; não tem formas de organização próprias e não se apresenta como “classe” no espaço público. Além disso, “é devorada por ideologias individualistas como a ‘teologia da prosperidade’ [...] e a ideologia do ‘empreendedorismo’ [...], que estimulam a competição, o isolamento e o conflito interpessoal, quebrando formas anteriores de sociabilidade solidária e de luta coletiva”³ (p. 3).

Restaria, então, como espaço de *classe média*, que também se beneficiou das políticas econômicas da última década e se expandiu, a burocracia estatal e empresarial, o serviço público, a pequena propriedade fundiária e o pequeno comércio não vinculado aos oligopólios transnacionais.

Pois bem, o que essas considerações têm a ver com nossa reflexão?

Como sujeito social, político, moral e cultural, uma classe social tanto pode ser transformadora, quanto pode ser absorvida ideologicamente pela classe dominante. Para Chauí², essa segunda opção foi que vingou e estaria na gênese da difusão da existência de uma “nova classe média” no Brasil, colocando uma questão política muito relevante: “...*está definida menos por sua posição econômica e muito mais por seu lugar ideológico, que tende a ser contraditório*”² (p. 131). Fragmentada, individualista e competitiva, raramente encontrando um interesse comum que a unifique, desprovida de um referencial econômico claro e assombrada pelo fantasma da instabilidade, essa “classe média” alimenta um imaginário de ordem e segurança e uma ideologia conservadora e reacionária. Essas características seriam reforçadas pelo ingresso no consumo de massa, que reforça a crença de que se faz parte de “nova classe média”, que aspira à ascensão à classe dominante e se distancia da classe trabalhadora. Para Chauí² (p. 131-2), “*a divisão social das classes é sobre-determinada pela polarização entre a carência (das classes populares) e o privilégio (da classe dominante) [...] Visto que uma carência é sempre particular, ela se distingue do interesse, que pode ser comum, e do direito, que é sempre universal. Visto que o privilégio é sempre particular, não pode unificar-se num interesse comum e jamais pode transformar-se num direito, pois deixaria de ser privilégio*”.

Para a autora, aí residiria a grande “*dificuldade para instituir no Brasil a democracia, que se define pela criação de novos direitos pela sociedade e sua garantia pelo Estado*”² (p. 132).

Portanto, somente será possível dar continuidade e consolidar uma política democrática (como a sustentação de um sistema nacional de saúde público e universal) enfrentando essa estrutura social.

Entretanto, isso não pode ser feito apenas pelo Estado (com reformas urgentes: tributária, política e social), mas também com a práxis dessa “nova classe trabalhadora”, que se pretende “nova classe média”, que mesmo em meio às adversidades deveria encontrar novas formas de organização e de luta pela democracia, leia-se, por seus direitos, como já fez aliás, nas últimas décadas do século passado.

Permanece a questão: será que as atuais e vibrantes manifestações de rua, que recusam tudo o que está aí e clamam por seus direitos, que criaram um fato político importante no país, apesar da ira contra “a política” e as instituições democráticas, têm esse discernimento e capacidade inovadora?

A história dirá, mas estou torcendo pelo SIM.

1. Pochmann M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: Sader E, organizados. *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: FLACSO Brasil; 2013. p. 145-56.
2. Chauí M. Uma nova classe trabalhadora. In: Sader E, organizados. *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: FLACSO Brasil; 2013. p. 123-34.
3. Chauí M. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Teoria & Debate* 2013; (113). <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo> (acessado em 04/Jul/2013).

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XCO061013>

José Carvalho de Noronha

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. noronha@cict.fiocruz.br

A “crítica”, a História e o país que queremos: comentários à margem do texto de Paim

A História é sempre o que foi, jamais o que poderia ter sido. Não tolera o condicional “se”. A busca das gêneses de Bourdieu, citada por Paim, serve de ferramenta analítica para ajudar a entender “*conflitos e os confrontos dos primeiros momentos*”. Já as utopias, “*as utopias consolam: é que, se elas não têm lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico*”¹ (p. XIII).

A nenhum democrata fez, faz ou fará gosto, celebrar o caráter ditatorial do Governo Vargas. Entretanto, foi a coalizão que o conduziu ao poder que estabeleceu e desenvolveu a previdência social no Brasil que, como ensinou Donnangelo² (p. 11), “*adquiriram de um lado o sentido de conquista de direitos sociais pelos assalariados e, de outro, revelaram-se como parte de um processo de reatualização, pelo estado, das condições necessárias à preservação e aos desdobramentos da ordem social capitalista. Da perspectiva do assalariado, a política trabalhista de Vargas, tanto a de pre-*